

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A PRESENÇA DA RELIGIÃO: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL

PROFESSIONAL PRACTICE AND THE PRESENCE OF RELIGION: A CASE STUDY FROM THE SOCIAL WORK

Laís Negrão de Souza, la_negrao@hotmail.com
Orientadora: Profa. Dra. Claudia Neves da Silva
Universidade Estadual de Londrina, Londrina / Paraná

Submetido em 02/04/2017

Revisado em 04/04/2017

Aprovado em 15/08/2017

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo investigar a presença da religião e da religiosidade no exercício profissional do assistente social. Apresentaremos os resultados parciais da terceira etapa de uma pesquisa que vem sendo realizada desde o ano de 2012 no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Este momento da pesquisa constituiu-se da realização de entrevistas com 5 assistentes sociais que atuam em diferentes políticas sociais públicas no Município de Londrina. Foi possível constatar que a religião está presente em diferentes momentos da vida de um indivíduo e tem alcançado visibilidade nos últimos anos; da mesma forma verificamos que os princípios e valores religiosos por vezes orientam o profissional em sua atividade, tornando-se necessário debatermos sobre a importância de, no momento da ação profissional, estes valores e princípios ficarem em segundo plano.

Palavras chave: Serviço Social. Religião. Religiosidade. Prática Profissional

Abstract: The present study aims to investigate the presence of religion and religiosity in the professional practice of the social worker. We will present the partial results of the third stage of a research that has been carried out since the year 2012 in Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. This moment of the research consisted of interviews with 5 social workers who work in different public social policies in the Municipality of Londrina. It was possible to verify that the religion is present in different moments of the life of an individual and has reached visibility in the last years; In the same way we verify that the religious principles and values sometimes guide the professional in their activity, making it necessary to discuss the importance of, at the moment of professional action, these values and principles stay in the background

Keywords: Social Worker. Religion. Religiosity. Professional Practice

Introdução:

Ao ingressar no curso de Serviço social, alguns calouros vêm com a ideia de que é um curso voltado para a formação de voluntários para atender aos mais carentes da sociedade, como crianças, idosos, famílias.

Constatamos a existência desta percepção a partir de um questionário aplicado aos discentes do curso de Serviço Social quando muitos informaram que entraram no curso com a expectativa de que iria ajudar os mais pobres¹.

Contudo, já nos primeiros dias de aula começam a rever esta imagem, tendo em vista que os docentes do curso lhes apresentam, por meio de artigos e livros escritos por assistentes sociais, que a atuação deste profissional está voltada para a defesa e garantia dos direitos sociais dos excluídos dos bens e serviços da sociedade.

A construção e consolidação de uma profissão que luta para garantir direitos de homens e mulheres se deu ao longo de décadas de história, a partir de profissionais que discutiam suas práticas, dúvidas e dificuldades em reuniões, encontros, seminários e procuravam desvincular sua prática de uma perspectiva caritativa e voluntarista, romper com os valores e princípios religiosos e pautar a formação profissional na teoria social crítica para análise e compreensão da realidade social. Estes questionamentos e indagações determinaram os caminhos que as futuras profissionais deveriam adotar em seu exercício profissional.

Todavia, se a formação profissional está desvinculada de uma doutrina religiosa, não significa que os Assistentes Sociais tenham deixado de acreditar em divindades e frequentar espaços religiosos.

Quando verificamos que essas duas perspectivas, doutrina religiosa e teoria social crítica, estão presentes no espaço universitário surgiu o interesse de verificar como os Assistentes Sociais conciliam seus princípios e valores religiosos com os conhecimentos adquiridos nos bancos universitários e se há interferência da religiosidade no exercício profissional.

¹Mori, V.T.; Silva, C.N. A religiosidade dos estudantes de uma universidade: considerações a partir do curso de Serviço Social. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, 7, nº 1, 2016, p. 439-457.

A pesquisa sobre a presença da religião e da religiosidade no exercício profissional do Assistente Social teve início no ano de 2012 e algumas etapas já foram cumpridas, como o levantamento do número de assistentes sociais inscritos no Conselho Regional de Serviço Social da seccional de Londrina; a aplicação de um questionário, com um conjunto de questões fechadas e algumas abertas, junto aos profissionais da área e a análise dos mesmos, que está em andamento².

O terceiro momento da pesquisa consiste em entrevistas semiestruturadas com profissionais do Serviço Social, com a intenção de aprofundar as informações coletadas com a aplicação dos questionários. Sua previsão inicial é de 3 anos. Para concretização desta etapa, utilizamos alguns instrumentos de pesquisa para a seleção dos sujeitos que fizeram parte de nosso universo, como a “técnica bola de neve”.

De acordo com Vinuto (2014, p. 203)

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados.

Essa técnica é usualmente utilizada por pesquisadores da área da saúde, como podemos verificar no artigo “Pesquisa qualitativa em saúde: um olhar inovador sobre a produção do conhecimento científico”, cujo objetivo é “apresentar ao profissional de saúde uma breve síntese dos principais aspectos metodológicos que envolvem os caminhos do pensamento da pesquisa qualitativa em saúde”. Os pesquisadores – professores e acadêmico da Faculdade de Medicina da Bahia (UFBA) destacaram que

A amostragem por bola-de-neve seleciona os indivíduos pelo interesse por determinado tema e um sujeito investigado indica outro, caso os elementos colhidos ainda não satisfaçam a necessidade de preencher os objetivos do pesquisador, o que

²Silva, C. N.; DUTRA, P. V.; LANZA, F. A Relação entre Manifestações Religiosas e o Exercício Profissional dos Assistentes Sociais: Um Estudo das Contradições e Possibilidades no Norte do Paraná. **Sociedade em Debate**. Pelotas, 22(2), p. 415 – 441, 2016.

pode ser útil em estudos de pequenas comunidades portadoras de traços sociais ocultos.”
(FREITAS, I.C.F. et al, 2011, p. 1004)

A técnica bola de neve também é um instrumento de coleta de dados entre pesquisadores da área da enfermagem. Citamos o artigo publicado na Revista de Saúde Pública, que tinha por objetivo apresentar o estudo sobre conhecimento e comportamentos preventivos em relação ao HIV/Aids de homens e mulheres heterossexuais casados ou em união consensual. As pesquisadoras escreveram que formaram 2 grupos:

O grupo I foi constituído por casais heterossexuais abordados em locais públicos (centros comerciais, clubes e feiras) pela técnica “bola de neve”, totalizando 50 pares. A técnica consistia em solicitar aos pesquisados nomes de casais amigos e parentes para participar do estudo, minimizando as dificuldades relacionadas a recrutamento e abordagem para as entrevistas. (MAIA, C.; GUILHEM, D.; FREITAS, D. 2008, p. 244)

Encontramos pesquisadoras da área das Ciências Humanas, ligadas à Fundação Oswaldo Cruz de Minas Gerais que também utilizaram a técnica bola de neve para entender “o processo da adolescência quando atravessado pelo fenômeno da paternidade”. Conforme as pesquisadoras:

Foram entrevistados adolescentes que vivenciaram a paternidade na adolescência selecionados através da técnica “bola de neve”, que consiste na indicação do entrevistado de possíveis sujeitos que se enquadrem nos critérios para participação na pesquisa. Desse modo, ao final da entrevista solicitava-se ao adolescente que indicasse outros pais adolescentes para possível contato. (NOGUEIRA, M.J et al. 2011, p. 29)

Para maior conhecimento da técnica bola de neve sugerimos a leitura da dissertação de mestrado de Elizabeth Maciel de Albuquerque “Avaliação da Técnica de Amostragem “Respondent-Driven Sampling” na Estimação de Prevalências de Doenças Transmissíveis em Populações Organizadas em Redes Complexas” (2009) e o artigo “Percepções de professores portugueses sobre educação sexual”, das pesquisadoras Lúcia Ramiro e Margarida Gaspar de Matos.

Assim, após o estudo da utilização desta técnica em diferentes investigações de natureza científica, consideramos pertinente a utilização da mesma na coleta de dados com vistas a alcançar o objetivo de nossa pesquisa. E como critério de seleção dos sujeitos que participariam do universo da pesquisa o Assistente Social deveria trabalhar na implementação de políticas sociais.

Como participante do projeto de pesquisa “Questão social e religião: possíveis implicações na prática profissional do Assistente Social”, para elaboração da monografia de conclusão do curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina, fizemos 5 (cinco) entrevistas com assistentes sociais que implementam políticas sociais públicas (saúde, assistência social, habitação) na região de Londrina e que se formaram entre os anos de 2011 e 2013.

Cinco entrevistas não nos permitem generalizações quanto a presença e influência da religião durante o exercício profissional, porém nos possibilita uma primeira aproximação e os possíveis caminhos teórico e metodológico que devemos seguir para alcançar o objetivo da pesquisa científica.

Neste sentido, a análise inicial dessas entrevistas permitiu que fizéssemos as primeiras considerações, como o fato de a religião e seus princípios serem importantes na vida dos profissionais, tornando-se um caminho adotado para compreender a realidade social e por vezes auxiliar nas atividades cotidianas.

Reconhecendo a complexidade da temática, os apontamentos que ora apresentamos têm por finalidade provocar uma reflexão sobre a presença e a influência de princípios e valores religiosos no exercício profissional do Assistente Social, fato que se torna importante analisar tendo em vista que estamos vivendo um período em que as doutrinas religiosas tornaram-se motivos de discussão e debates em diferentes espaços, como nas redes sociais, nas universidades, nos meios de comunicação.

Breve apresentação do surgimento do Serviço Social no Brasil

Para apresentar um breve relato sobre o surgimento do Serviço Social no Brasil enquanto profissão recorremos a Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho,

que em seu livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1990) afirmaram que as Escolas de Serviço Social surgiram em virtude da necessidade de garantir a chamada harmonia social por meio do atendimento assistencial às famílias operárias, já que estas viviam em bairros e casas carentes de água, esgoto, luz, recebendo salários insuficientes para atender as condições mínimas de sobrevivência.

Diante desta situação de intensa exploração, muitos trabalhadores se organizaram em sindicatos para exigirem melhores salários, condições de trabalho, além de exigir do Estado “a implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1990, p. 128)³.

Assim, a profissão surgiu em 1936 na cidade de São Paulo, com a intenção não somente de aperfeiçoar as ações dos que exerciam a caridade, mas atender às exigências do Estado que necessitava de profissionais para trabalhar junto aos operários e suas famílias. Conforme Iamamoto e Carvalho (1990, p. 178):

[...]nota-se que paralelamente à demanda inicial por quadros habilitados por essa *formação técnica especializada*, originada da própria ação social católica, começa a aparecer outro tipo de demanda, partindo de determinadas instituições estatais.

Afinal, diante de uma realidade marcada por conflitos e pobreza, os ideários cristãos não bastavam para cuidar das famílias carentes, era necessária uma capacitação técnica para acompanhar o trabalhador e sua família. De acordo com o artigo “O assistente social deve ser um técnico” do professor Malheiros, docente da Escola de Serviço Social de São Paulo, publicado em 1939 na Revista Serviço Social:

Se, com reta intenção, damos uma esmola a um pedinte, estamos fazendo caridade, porém, não Serviço Social, porque se quisermos fazê-lo devemos procurar conhecer como o pedinte chegou a essa situação, quais os fatores que intervieram, quais as causas. (Malheiros *apud* Silva, 2003, p. 96-97)

³Para maior aprofundamento desta temática sugerimos IAMAMOTO; CARVALHO. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. Cortez/Celats, 1990.

Apesar da preocupação das primeiras professoras do curso buscarem uma formação qualificada, reproduziam a ideia de ajuda, difundindo um ideário neotomista nas aulas para o/a assistente social, conforme uma professora escreveu em 1941:

O Serviço Social não se limita a um auxílio paliativo, mas agindo sobre o indivíduo e a sociedade visa colocar o necessitado, tanto quanto possível, em condições normais de vida. O Serviço Social informado do amor de Deus e do próximo é em nossos dias a expressão mais alta da caridade cristã (Camargo *apud* Silva, 2003, p. 96-97)

Essas ideias estavam presentes no primeiro código de ética do Assistente Social, publicado em 1947; já na Introdução informava que “Moral ou Ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal.”; e em dois artigos da Secção I - deveres fundamentais:

1. Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando - se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus. (CFESS, s.d.)

Enquanto nas décadas de 1940 e 1950 o Serviço Social adotou o método norte-americano do Serviço Social de caso, grupo e comunidade, com ênfase no atendimento às necessidades psicológicas e existenciais do indivíduo, a partir da década de 1960, na América Latina a profissão passou a vivenciar uma crise em suas bases teóricas e metodológicas, quando foi percebida pelos profissionais que havia uma inadequação dos aspectos teóricos e metodológicos para a compreensão da realidade social, política e econômica das pessoas que eram atendidas pelos profissionais, provocando um questionamento da prática profissional que não se colocava favorável aos interesses e necessidades dos trabalhadores.

Porém, no Brasil, em virtude da instauração da ditadura civil – militar, a qual teve entre outras finalidades conciliar o desenvolvimento nacional ao aprofundamento da internacionalização do capital (Netto, 2008), os profissionais

do Serviço Social se voltaram para debates sobre questões relacionadas ao seu método de intervenção, não aprofundando o estudo e o questionamento sobre a realidade social, econômica e política do período.

Contudo, na década seguinte, 1970, com a crise econômica assolando o país e o renascimento dos movimentos sociais, profissionais do Serviço Social promoveram encontros com a finalidade de questionar e rever a prática profissional que não contribuía para a defesa dos trabalhadores e das reivindicações dos movimentos sociais. Segundo Netto (2005, p. 17) “a passagem dos anos 1970 aos 1980, com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados *novos sujeitos sociais*, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo.”

Alguns profissionais do Serviço Social pretendiam ir além de executarem suas atividades práticas, queriam entender e analisar as causas dos problemas sociais, ou melhor dizendo, intencionavam entender a questão social (NETTO, 2005).

Nos anos 1980 e 1990 os profissionais do Serviço Social, particularmente os que se encontravam na universidade lecionando, acirraram sua luta para romper com uma leitura teórica que culpabilizava os indivíduos por não terem acesso aos bens e serviços da comunidade, assim como romper com uma metodologia de ação que reforçava os interesses da burguesia e do Estado. Estes profissionais tinham por objetivo redefinir um projeto profissional comprometido com a construção de uma nova ordem societária, sem dominação de uma classe sobre outra, sem discriminação de gênero, raça e etnia.

Em 1996, essa luta teve como fruto a aprovação e implementação de “uma nova lógica curricular”:

A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas (ABEPSS, 1996, p. 7-8).

Entretanto, se atualmente o Serviço Social apresenta um currículo voltado para a produção de conhecimento sobre a realidade na qual atua e uma prática

profissional comprometida com a classe trabalhadora, por outro lado, está sendo executado em um momento em que há uma retomada de elementos religiosos e supersticiosos, com a crescente busca por respostas e soluções para problemas e situações pessoais - doenças, conflitos familiares e amorosos ou a falta de um relacionamento amoroso, falta de emprego, falta de dinheiro. Se olharmos ao nosso redor, verificaremos o significativo número de templos religiosos espalhados por todos os municípios brasileiros, além de programas religiosos nos rádios, na televisão, na internet.

Os assistentes sociais não estão isolados do que ocorre ao seu redor, como o crescimento das manifestações religiosas e da intolerância; a constante violação dos direitos humanos sob a alegação do aumento da criminalidade; a violência contra jovens e adolescentes, em sua esmagadora maioria negros e das classes populares. Como destacou Barroco (2015, p. 634): "A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários."

Os profissionais do Serviço Social, também imersos nessa sociedade marcada pelo processo de dominação/subordinação, elaboram suas estratégias de ação considerando seus princípios, sua concepção de mundo, os valores e as condições materiais dos usuários das políticas públicas que atendem diariamente.

Observamos que uma das estratégias utilizadas é a religião, que oferece respostas e "caminhos" para lidar com situações adversas e por vezes distantes de sua perspectiva de entender a realidade.

Este fato suscitou em nós o interesse de entender como os profissionais do Serviço Social, cuja formação está baseada na teoria social crítica - superando, ao longo da trajetória sócio histórica da profissão, a ideia de uma profissão voltada para ajudar o próximo, a ideia de uma profissão voltada para adequar as famílias e seus membros à sociedade – concilia, durante a atividade profissional, seus princípios religiosos com os valores dos usuários das políticas sociais públicas.

Afinal, os princípios e valores religiosos fundamentam-se, de modo geral, na ideia da caridade, do amor ao próximo. E o profissional do Serviço Social lida,

cotidianamente, com homens e mulheres em situação de vulnerabilidade social, ou seja, fome, doença, violência.

A religião é um direito inalienável da pessoa, garantido pela Constituição de 1988 no Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

VI - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias

Porém, durante o exercício profissional, o que deve prevalecer é o direito ao acesso às políticas sociais, independente de religião, como também está expresso no Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Inciso VIII: “Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política...”

Serviço Social e religião: aproximação involuntária

Devemos destacar que não estamos questionando o fato de os assistentes sociais participarem de manifestações religiosas ou serem membros de uma igreja, já que é um direito garantido por lei. A nossa intenção é entender como o profissional do Serviço Social têm conciliado religião – princípios e valores - e exercício profissional, que deve ser pautado sob a perspectiva do direito ao acesso às políticas públicas, independente de crença religiosa. Para reforçar nossa afirmação, fazemos uso das palavras de Pinheiro (2010, pg. 66) que em seu livro afirma que “Conciliar o papel de agente pastoral com o cargo de assistente social é possível, mas confundir ambos é contra a evolução do conhecimento na profissão”.

Iniciamos nossa análise com a afirmação de uma profissional de que sua crença complementa a ação profissional:

Eu posso relatar para você, em momentos que eu vou fazer atendimento domiciliar, já vou com questionário, com objetivo traçado, que eu pretendo naquele atendimento, e de repente a pessoa começa a falar, falar coisas, a dizer coisas, de repente ela olha pra mim e começa a chorar e falar: “eu não sei porque to dizendo isso, porque eu nunca disse isso pra ninguém.” Então sim, as pessoas, e não é nem uma, nem duas vezes, (...) são várias vezes e aquilo eu sinto é a presença de Deus, fazendo com que essa pessoa traga à tona toda essa bagagem que carregou. (As2)

O perfil de nossas informantes está de acordo com o histórico da profissão, ou seja, 100% das entrevistadas são do sexo feminino. Iamamoto (1999) explica que a profissão tem um recorte de gênero sendo uma categoria profissional predominantemente feminina, reforçando um estigma criado pela sociedade de que as mulheres nasceram para certas profissões que, supostamente, envolvem cuidados e atenção.

As entrevistadas nasceram entre os anos de 1984 e 1990 e se formaram entre os anos de 2011 e 2013, ou seja, são pessoas que se formaram jovens e atuam na implementação e execução de políticas sociais públicas.

Verificamos que todas as entrevistadas frequentam algum grupo religioso:

Tabela 01: Denominação religiosa que frequenta

| Igreja | Assistente Social |
|----------------------------------|-------------------|
| Católica | 03 |
| Evangélica (não informou o nome) | 01 |
| Centro Espírita | 01 |

Fonte: Entrevista realizada pela autora

Uma Assistente Social informou que frequenta a igreja mais de duas vezes por semana, enquanto 4 (quatro) informaram uma vez por semana.

Quanto a vivenciar a espiritualidade no dia-a-dia, toda as assistentes sociais declararam:

Orando (As1)

[...] a partir do momento que você tem um relacionamento com esse espírito santo, o espírito santo é uma pessoa, eu não vejo fisicamente, mas ele tá comigo a todo instante, e a partir disso, ele vai te dando sabedoria e vai te dando discernimento naquilo que você tem que intervir [...] (As2)

Rezando (As 3, 4, 5)

A entrevistada As2 continua sua declaração, afirmindo que a fé possibilita uma ação profissional enriquecedora:

Alguns profissionais acabam caindo naquele cotidiano de trabalho e vai fazendo as coisas de qualquer maneira e eu acho que quando você tem esse olhar que é direcionado pela pessoa do Espírito Santo, prá você olhar pro indivíduo enquanto essência e não aparência, a riqueza do trabalho, ela vai mais além, é mais profunda, você não tem limites para criar estratégia, porque o espírito santo ministra os caminhos que você tem que tomar para a coisa dar certo. (As2)

Entendemos com sua fala que quando o profissional participa ativamente de manifestações religiosas e acata as orientações do líder religioso ele tem uma percepção de seu local de trabalho e dos usuários das políticas públicas a partir de seus princípios e valores religiosos. Não obstante o fato de nosso universo de pesquisa ser de 5 profissionais do Serviço Social, podemos inferir que a religiosidade tem significativa influência em suas atividades profissionais, por vezes determinando os encaminhamentos que deve adotar para garantir o acesso de homens e mulheres às políticas sociais.

Portanto, não é somente o referencial teórico e metodológico aprendido nos bancos universitários que embasa seu exercício profissional, mas também as doutrinas religiosas orientam suas ações.

A seguir, indagamos se os profissionais relacionam aspectos de seu cotidiano de trabalho com sua espiritualidade:

Sim, a forma de encarar certas situações (As1)

Com certeza, (...) Eu posso relatar para você experiências muito intensas que eu tenho nos meus atendimentos domiciliares, eu não tenho indução de religião na minha sala, quando eu saio para o trabalho, claro que a minha parte pessoa, ela está comigo e ela não é uma coisa isolada, eu não tenho como deixar a (nome) pessoa em casa e sair só a (nome) assistente social, é um conjunto, porém eu sei os limites da profissão, da intervenção técnica [...] (As 2)

Se os valores religiosos respondem ou determinam momentos da vida do indivíduo, como afirmou todas as assistentes sociais que fizeram parte da pesquisa - “me ajuda em todos os momentos” (As4) - durante o exercício profissional não poderia ser diferente, por vezes complementando sua ação profissional e influindo nas decisões que deve tomar, haja vista a dificuldade de avaliar a situação sem o “olhar da fé”. Da mesma forma, naturaliza as manifestações religiosas, entendendo que expor sua religiosidade é *normal* para todos os indivíduos, como destacou uma assistente social ao ser indagada como

relaciona cotidiano profissional com fé: “Sim, rezamos antes de iniciar o trabalho, funcionários, pacientes e acompanhantes” (As5)

Devemos ressaltar que cabe ao profissional distinguir a sua prática profissional de sua prática religiosa. Essa distinção deve ocorrer para que o profissional veja o usuário como cidadão de direito e não alguém que precisa ser evangelizado ou necessita de caridade.

O voluntarismo da profissão, apesar dos esforços para construir e consolidar um projeto profissional tendo por base a teoria social crítica, ainda se faz presente entre alguns profissionais. Segundo Iamamoto (1999, pg. 64) “A recorrência a posturas e comportamentos messiânicos e voluntaristas tem a ver com a forte marca da tradição católica oriunda das origens da profissão.”

A religião ainda é uma força presente em todos os aspectos da vida. Portella (2006, pg. 4) afirma que ele:

[...] fornece sentido e eficácia simbólica para as pessoas, para indivíduos em suas subjetividades. Aquilo que opera significativamente na vida das pessoas, dando-lhes sentido, *nomos*, seja pelo viés da ética ou obediência a um ser divino, de uma incorporação a mitos e ritos que ordenem o seu cosmos particular, seja através de manipulações que constrainjam o sagrado à eficácia simbólica que a pessoa deseja.

O assistente social, como qualquer outro profissional, não está alheio ou imune aos fatos que ocorrem na sociedade, em que os ideais religiosos têm se apresentado com significativa força nos últimos anos – basta verificarmos o que ocorreu durante a eleição presidencial no ano de 2010, quando líderes religiosos participaram ativamente indicando aos membros de suas igrejas em quem votar ou não votar⁴.

Contudo, o profissional deve pautar-se no código de ética e na lei para atender os usuários das políticas sociais e não em doutrinas e princípios religiosos.

⁴<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/columnistas/conexao-brasilia/como-a-religiao-pauta-a-eleicao-1evj2535ph1d9tfal66u9v6fi>

Considerações finais

Defendemos que os profissionais de todas as áreas de atuação devem ter uma postura de respeito à diversidade religiosa. E particularmente o assistente social, sujeito de nossa pesquisa, deve considerar que se o usuário das políticas públicas o procurou ou foi encaminhado é porque de alguma forma seus direitos foram violados, seja na área da saúde, da educação, da habitação, da assistência social. Da mesma forma deve pautar-se nos instrumentos técnicos e sociais disponíveis para que o acesso a este direito seja viabilizado.

Podemos também concluir que a religião é importante para grande parcela da população e, igualmente, para significativa parcela de assistentes sociais; mas o que não pode ocorrer é que os princípios e valores religiosos interfiram na relação profissional e usuário.

Entretanto, assim como os interesses e necessidades emocionais do usuário das políticas sociais devem ser respeitadas, as do profissional também.

Porque lidar cotidianamente com homens, mulheres, jovens, idosos e crianças em situação de violência, doença, miséria, provoca sentimento de impotência e sofrimento diante de uma realidade que pouca mudança o profissional pode provocar.

Por fim, acreditamos que para que os princípios e valores religiosos não interfiram na atividade profissional, é essencial que durante a formação profissional seja debatida a importância e a necessidade de separar religião de exercício profissional. Porém este é um tema para outro artigo.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ALBUGUERGUE, E.M. **Avaliação da Técnica de Amostragem “Respondent-Driven Sampling” na Estimação de Prevalências de Doenças Transmissíveis em Populações Organizadas em Redes Complexas**. 2009. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro. Disponível em : <http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/Albuquerqueemm.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **ANAIIS X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE**, 7 a 11 de novembro de 2011, Curitiba: Pontifícia Universidade Católica PUC/PR. (p.331-341)

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997. 310 p.

CFESS. **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FREITAS, I.C.F.; SILVA, C.N.; ADAN, L.F.F.; KITAOKA, E.G.; PAOLILO, R.B.; VIEIRA, L.A. Pesquisa qualitativa em saúde: um olhar inovador sobre a produção do conhecimento científico. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.35, n.4, p.1001-1012 out./dez. 2011. Disponível em <http://inseer.ibict.br/rbsp/index.php/rbsp/article/view/270>. Acesso em: 24 jun. 2017.

IAMAMOTO, Marilda. V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1990.

IAMAMOTO, Marilda. V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. São Paulo: Cortez/Celats, 2001.

O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

MAIA, C.; GUILHEM, D.; FREITAS, D. Vulnerabilidade ao HIV/Aids de pessoas heterossexuais casadas ou em união estável. **Rev Saúde Pública**. São Paulo, 2008; vol. 42, nº 2, p.242-248. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0034-891020080002&script=sci_issues. Acesso em: 24 jun 2017.

MORI, Vanessa. T.; SILVA, Claudia N. A religiosidade dos estudantes de uma universidade: considerações a partir do curso de Serviço Social. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, 7, nº 1, 2016, p. 439-457. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/view/1131>.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, v.84, p.5-20, Nov. 2005.

Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 12 ed, 2008.

NOGUEIRA, M.J.; MARTINS, A.M.; SCHALL, V.T.; MODENA, C.M. “Depois que você vira um pai...”: adolescentes diante da paternidade. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 28-34, jan/mar 2011. Disponível em http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=262. Acesso em: 24 junho 2017.

PINHEIRO, Luci Faria. **Serviço social, religião e movimentos sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma. 2010.

RAMIRO, L.; MATOS, M.G. Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. **Rev Saúde Pública**: São Paulo, 2008; vol. 42, nº 4, p. 684-692. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0034-891020080004&script=sci_issues. Acesso em: 24 jun 2017.

SILVA, Claudia Neves. A Presença de Postulados Tomistas na Gênese do Serviço Social. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina, v. 24, p. 87-100, set. 2003.

SILVA, Claudia N.; DUTRA, Patrícia V.; LANZA, Fábio. A Relação entre Manifestações Religiosas e o Exercício Profissional dos Assistentes Sociais: Um Estudo das Contradições e Possibilidades no Norte do Paraná. **Sociedade em Debate**. Pelotas, 22(2), p. 415 – 441, 2016.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**. Campinas, nº 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/issue/view/118/showToc>.

Acesso em: 24 de jun 2017.